

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marília Gabriela Errera Camargo

**ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA DE PROFISSIONAIS E  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO**

SÃO CARLOS

2022

Marília Gabriela Errera Camargo

**ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA DE PROFISSIONAIS E  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>Dra Sabrina Mazo D’Affonseca

São Carlos

2022

Marília Gabriela Errera Camargo

**ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA DE PROFISSIONAIS E  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Aprovado em: 28 de abril de 2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca

## AGRADECIMENTOS

*Reverencio a todas as pessoas que promovem e praticam ações visando a inclusão social, a todas que não se conformam com situações de desigualdade, a todas pessoas que participam de movimentos sociais que lutam pelo direito à qualidade de vida, e participação de forma equitativa, que lutam pela garantia de direitos humanos, contra todas as formas de violência, contra o preconceito, a discriminação e a rotulação, que estigmatiza, agride e atrapalha a vida de diversas pessoas.*

*Indispensavelmente, agradeço a minha família, minha mãe Eliana, que forneceu muito amor ao cuidar de mim, do meu irmão, e de quem precisasse, que desde cedo me fez enxergar o mundo com curiosidade e respeito. A minha avó Josefa, que sozinha e sem alfabetização cultivava diversos tipos de plantas, que são minhas companhias na cidade em que busco o sonho de ser professora. Ao meu irmão, um exemplo de determinação e alegria contagiante, ao meu pai por todo o esforço de anos de trabalho como professor, que possibilitou os recursos financeiros necessários para que eu pudesse seguir este caminho.*

*Meus carinhosos cumprimentos a Sabrina, orientadora e professora desta pesquisa, que sempre demonstrou paciência e atenção diante das inúmeras dificuldades e imprevistos que cercaram o meu desempenho na elaboração deste trabalho. Agradeço a minha banca examinadora, que para além deste trabalho, me abriram diversos caminhos e possibilidades para conquistar saberes que marcaram a minha existência pessoal e profissional.*

*Por fim, agradeço meus companheiros Adrielly, Kamila, Maiara, Fernando e Gabriel que me aguentaram carinhosamente ao falar sobre o TCC, por muito tempo, sempre me acolhendo e acreditando no meu potencial. Agradeço à minha psicóloga Gildeisa, que me ajudou a curar e tratar feridas que por muitos anos atrapalharam minha existência e tornaram tudo mais difícil do que precisava ser.*

## RESUMO

As pessoas com deficiência lutam por seus direitos há décadas, com o avanço das políticas de inclusão e acessibilidade estão conseguindo superar barreiras e ocupar espaços sociais que historicamente já lhes foram negados. Toda essa trajetória histórica deixou estigmas, rótulos e preconceitos a respeito da deficiência, enraizados na sociedade. Destarte, a concepção de deficiência do professor, por exemplo, será determinante para a forma como os alunos com deficiência serão educados, como serão observadas suas características, os conteúdos que os alunos terão acesso, os resultados ou não no seu processo educacional e a proteção ou exposição dos mesmos às situações de violência escolar. Diante desses aspectos, este trabalho tem como objetivo identificar as concepções de deficiência de profissionais e estudantes da educação. 54 pessoas, 6 estudantes e 48 profissionais, participaram da pesquisa. 85,2% era mulher, 64,8% branca, 90,7% sem deficiência, com idades variando entre 18 e 82 anos ( $M=41,8$ ;  $DP=12,7$ ). Todos responderam a um formulário online que continha um questionário de caracterização e a Escala Concepções de Deficiência – ECD. Os resultados apontaram que os participantes tiveram médias mais elevadas em relação à concepção histórico cultural, seguida da biológica, social e metafísica. Tais dados corroboram com pesquisas da área.

Palavras-chave: Concepção de deficiência; Inclusão escolar; Prevenção da violência na escola; Estudantes com deficiência.

## ABSTRACT

People with disabilities have been fighting for their rights for decades. With the advancement of inclusion and accessibility policies they are managing to overcome barriers and occupy social spaces that have historically been denied. This entire historical trajectory has left stigmas, labels, and prejudices about disability rooted in society. Therefore, the teacher's conception of disability will be determinant to the way the students with disabilities will be educated, how their characteristics will be observed, the contents the students will have access to, the results or not in their educational process, and their protection or exposure to situations of school violence. In view of these aspects, this work aims to identify the conceptions of disability of education professionals and students. 54 people, 6 students and 48 professionals, participated in the research. 85.2% were female, 64.8% white, 90.7% without disabilities, with ages ranging from 18 to 82 years ( $M=41.8$ ;  $SD=12.7$ ). All answered an online form that contained a characterization questionnaire and the Conceptions of Disability Scale - ECD. The results indicated that the participants had higher averages in relation to the cultural-historical conception, followed by the biological, social and metaphysical. These data corroborate research in the area

Key words: Conception of disability; School inclusion; Prevention of violence at school; Students with disabilities.

## INTRODUÇÃO

Durante a trajetória da humanidade ocorreram diversas transformações nas organizações das sociedades e em suas estruturas culturais, econômicas, educacionais e tecnológicas. Com o avanço das Ciências e da produção de conhecimento, tornou-se possível analisar o percurso e as bases dessas mudanças. No presente trabalho busca-se identificar as concepções que professores têm sobre as pessoas com deficiência. Acredita-se que tais concepções podem influenciar nas práticas dos profissionais quando diante de alunos público alvo da educação especial. Para refletir sobre concepções sociais a respeito das pessoas com deficiência é necessário levar em consideração como os contextos históricos afetaram as estruturas sociais e enraizaram diversos preconceitos as diferenças, e padrões de normalidade. Assim, inicialmente será feita brevemente a trajetória histórica que pessoas com essas características tiveram de percorrer ao longo da humanidade, e como as concepções foram sendo alteradas ao longo do tempo.

Durante o período pré-histórico (3500 a.C. e 3000 a.C) muitos indivíduos com deficiência eram abandonados a sua própria sorte por não participarem da caça e pesca de alimentos. Já na Antiguidade<sup>1</sup>, devido a existência de estruturas hierarquizadas com foco no trabalho e proteção da cidade, a pessoa com deficiência era vista como sub-humano, um indivíduo que não era capaz de acrescentar nenhum valor para a sociedade, um fardo. Como consequência, a pessoa com deficiência deveria ser abandonada ou sacrificada. Durante a Idade Média<sup>2</sup> com o crescimento das religiões, especialmente as cristãs, pensamentos filantrópicos e assistenciais foram ganhando protagonismo. Com isso, as pessoas que antes eram abandonadas ou sacrificadas, passaram a serem vistas com piedade e deveriam ser assistidas. Assim, essas pessoas passam a viver em instituições religiosas. Durante esse período os deficientes físicos e mentais eram frequentemente vistos como possuídos pelo demônio e eram queimados como as bruxas; o nascimento de pessoas com deficiência era tido como castigo de Deus, o que justificava a utilização de métodos de torturas e exorcismos como tentativa de “curar” as deficiências.

---

<sup>1</sup> Período em que surgiram os primeiros povos civilizados, também chamada de Idade Antiga, essa época se refere desde o momento de descoberta e uso da escrita até o declínio do Império Romano Ocidental em 476 d.C.

<sup>2</sup> Se inicia no século V, logo após a queda do Império Romano do Ocidente, e termina no século XV, com a conquista de Constantinopla pelo Império Turco-Otomano.

O Renascimento<sup>3</sup> propiciou um forte apreço pela razão e experimentos científicos. Nesse período histórico muitas pessoas com deficiência serviram como cobaias para tentativas de investigar os motivos das deficiências e possíveis curas (CABRAL, 2020). Tal busca pelas causas da deficiência estavam atreladas ao corpo do indivíduo, ao seu aparato biológico, ou seja, a uma visão médica da deficiência. De acordo com MELLO (2014) as visões médicas *.”(..) considera que a pessoa com deficiência possui um déficit a ser corrigido e cada variante desse modelo corresponde, respectivamente, a um déficit relativo à condição de saúde, condição de trabalho e condição de aprendizagem, que devem ser corrigidas a fim de torná-la a mais “normal” possível”*. (p. 41)

O enfraquecimento das concepções metafísicas e médicas a respeito das deficiências iniciaram a partir de mudanças sociais e do pensamento crescente de igualdade, como o iniciado pela Revolução Francesa, e na década de 1960 com movimentos sociais espalhados pelo mundo em busca de garantir direitos e espaços para as pessoas com deficiência finalmente poderem ser participantes da sociedade, com dignidade, equidade e direitos (CABRAL, 2020). Visões mais inclusivas que respeitam a deficiência como uma diferença humana estão relacionadas a concepções sociais, MELLO (2014) define essas visões como:

A perspectiva social da deficiência, em comparação ao paradigma biomédico, não se foca nas limitações funcionais oriundas de deficiência, mas sim a concebe como o resultado das interações pessoais, ambientais e sociais da pessoa com seu entorno. Assim, a deficiência deixa de ser apenas um “problema médico” para ser um problema econômico, sociocultural e de direitos humanos. A deficiência passa a ser um modo de vida, uma possibilidade digna e constituinte da condição humana - as pessoas com deficiência são cidadãs, com direitos e deveres. (p.42)

Realizando um recorte nas bases históricas brasileiras ligadas aos direitos das pessoas com deficiência podemos citar a legislação criada para estabelecer a inclusão, a Lei Nº 13.146º, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI , criada em 06 de julho de 2015. Nela estão prescritos 127 artigos que, embasados nas diretrizes da Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU vêm para suprir a necessidade de garantir a cidadania, inclusão social, acessibilidade em espaços públicos, na área da saúde e educação. A LBI define a pessoa com deficiência como:

Pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou

---

<sup>3</sup> Renascimento, Renascença ou Renascentismo são os termos usados para identificar o período da história da Europa aproximadamente entre meados do século XIV e o fim do século XVI.

mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

LEITE e LACERDA (2018) elencam quatro possíveis modelos de concepção existentes a respeito da forma como as pessoas enxergam esse público, que são: a orgânica, a psicossocial, a histórico-cultural, e a metafísica. A concepção orgânica é alinhada a visões médicas e refere-se à crença da deficiência como um desvio da normalidade no sentido biológico do ser humano. A psicossocial interpreta a deficiência como uma condição orgânica diferenciada, causada por fatores ambientais, emocionais, econômicos e/ou educacionais. Já a histórico-cultural se alinha a visões sociais em que percebem a deficiência como uma condição biológica diferenciada devido às cobranças sociais e expectativas dirigidas às pessoas com deficiência, e em consequências de barreiras sociais em um determinado período histórico. Por fim, a metafísica diz respeito a crenças que transcendem a condição humana, isto é, acreditam que a deficiência é fruto de causas espirituais e religiosas.

As autoras destacam que as diferentes concepções que os indivíduos de uma sociedade formam, estão ligadas ao contexto cultural e social em que estão inseridos e às vivências que tiveram. Embora as sociedades estejam em constante transformação, ainda persistem estruturas ligadas a produtividade e a perfeição, que, por sua vez, estão ligadas a formações de concepções que buscam “normalidade” e “anormalidade” nas pessoas. Como consequência, os indivíduos são categorizados por meio de padrões estabelecidos desde os primórdios da humanidade. Destaca-se que vivências que se diferenciam desses padrões, por exemplo, observando pessoas com deficiência inseridas em diversos contextos de atividade sociais, e tendo acesso a informações sobre as diversas formas de participações sociais possíveis, pode contribuir para a construção de concepções diferenciadas a respeito da pessoa com deficiência (LEITE; LACERDA, 2018).

MENDES e PICCOLO (2013) ressaltam como o capitalismo se estrutura de modo a excluir quem não atende às demandas impostas socialmente. Uma das formas de ação é a atribuição rótulos e estigmas sociais. Em relação à pessoa com deficiência, verifica-se a presença de rótulos ligados à incapacidade e carência de cuidados. Ambos são variáveis limitantes para o desenvolvimento de pessoas com deficiências, que podem gerar barreiras para o seu pleno desenvolvimento, ou para a realização autônoma e independente de atividades diárias. Os autores apresentam a teoria do *Disability Studies*, que tem por um de seus fundamentos a perspectiva social de que



O homem se faz homem por meio de um salto ontológico para fora da natureza, somos o que nos temos feito e, certamente, continuaremos fazendo enquanto existirmos. Tudo o que é natural deve ser situado, contextualizado, uma vez que a naturalização do social representa uma tentativa de inversão da empiria dos fatos como forma de justificar um determinado saber-poder, que tem a função latente de manutenção do *status quo* e do domínio ideológico exercido sobre as minorias despossuídas quanto aos aportes tidos como ideais. (MENDES; PICOLO, 2013, p. 472)

Ainda nesta perspectiva OMOTE (2003) relata três possíveis níveis para o entendimento do conceito da deficiência, denominando de “níveis de realidade”: (1) o nível primário está relacionado às condições naturais da deficiência, o estudo fundamental da patologia, da biologia propriamente; (2) o segundo nível se relaciona com fatores psicossociais de cada pessoa com deficiência sendo particulares, envolvendo também as necessidades de recursos e a oferta de acesso a eles, e (3) o nível terciário relacionado ao social e cultural. De acordo com o autor: *“Essas construções sociais e culturais influenciam, de alguma maneira, as reações das pessoas face aos deficientes e, em última instância, determinam o lugar destes na estrutura social da coletividade”*.

Levando em conta que o foco do presente estudo refere-se às concepções que os profissionais da educação têm sobre as pessoas com deficiência, cumpre destacar que como as pessoas sem deficiência enxergam e agem diante de pessoas com deficiência afetam o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Logo, os envolvidos no cotidiano escolar podem ter concepções que interfiram nas atitudes deles para com as pessoas com deficiências, dificultando a inclusão das mesmas. Segundo VALLE e CONNOR (2014), a concepção de deficiência do professor será determinante para a forma como os alunos com deficiência serão educados, como serão observadas suas características, os conteúdos que os alunos terão acesso, e os resultados ou não no seu processo educacional.

Destarte, é possível considerar que o papel da escola está para além dos conteúdos disciplinares fundamentais, sendo um ambiente favorecedor para inclusão social, redução de preconceitos, e respeito às diferenças. A partir do momento em que usufruam deste ambiente para estabelecer a valorização da diversidade, tanto em características estéticas, quanto culturais, cabe aos profissionais envolvidos demonstrar atitudes favoráveis a participação efetiva e aceitação do aluno, independente das limitações do mesmo. Nas palavras de OMOTE, e VIEIRA (2018):

A qualidade das relações interpessoais estabelecidas na sala de aula depende fundamentalmente do professor. Assim, para além do domínio de conteúdos e técnicas pedagógicas, espera-se que o docente tenha a competência de vincular-se e relacionar-se com seus alunos de modo favorável ao processo de aprendizagem, e

possa criar um ambiente social em sala de aula propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos os estudantes. (p. 192)

Ainda sobre concepções de deficiência, relações sociais e o papel do professor neste meio, deve-se salientar dois aspectos, o primeiro é o professor sendo um ser humano ativo na sociedade, com suas particularidades, contextos, moral e valores; o segundo é como essa bagagem de repertórios e crenças pode influenciar positiva ou negativamente seu contato com os estudantes. De acordo com OMOTE, e VIEIRA (2018):

O professor possui valores e crenças acerca do mundo e das pessoas, entre as quais, seus alunos. Constitui percepções e atitudes sociais, eventualmente até estereótipos, em relação a esses alunos. Os processos de formação da subjetividade do professor ocorrem desde o seu nascimento, perpassam sua infância e relações familiares e afetivas, afetam sua escolha profissional, sua formação inicial e continuada, suas relações com o sistema de ensino, metodologias, chefias e colegas de trabalho, e finalmente sua interação direta com os estudantes. (p.195)

Como exposto anteriormente, as ações dos professores para a interação e inclusão dos alunos no ambiente escolar são relevantes tanto para a permanência do aluno na escola, quanto para o seu desenvolvimento acadêmico e psicossocial, afinal, como destacam STELKO-PEREIRA e WILLIAMS (2010):

A escola é fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, devendo ser um dos contextos sociais que estimule as habilidades intelectuais, as habilidades sociais e a absorção crítica dos conhecimentos produzidos em nossa sociedade. A escola deve ser importante no tempo presente e no tempo futuro, sendo referência para o aluno de um local seguro, prazeroso e no qual ele pode se conhecer, conhecer aos seus próximos e a sociedade em que vive, projetando como quer atuar no mundo. Enquanto instituição de escolarização formal, a escola deve ser defendida, os processos de desenvolvimento do indivíduo que nela ocorrerem devem ser estudados, e as melhorias, buscadas, a fim de que desenvolvamos indivíduos felizes, justos, críticos e transformadores, que possam retornar à sociedade o desejo e os meios para a construção de uma sociedade mais igualitária. (p.47).

Ademais, as ações dos professores são influenciadas pelo contexto e pelos valores e crenças deles a respeito de si mesmo, das pessoas e do mundo, desse modo, espera-se que a concepção de deficiência de professores pode ser um fator de prevenção à violência de crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar. MENDES, SCHROEDER e DENARI (2020) realizaram um estudo de caso de um jovem com deficiência física e verificaram que xingamentos e exclusões faziam parte do cotidiano do jovem com deficiência, ações tais que podem, legalmente, ser tidas como bullying. De acordo com os autores, havia a presença de diversos conflitos no ambiente escolar, tendo alguns desses conflitos resolvidos a partir da mediação de profissionais.

JESUS (2019) realizou uma pesquisa que tinha como objetivo analisar a violência escolar manifestada através do bullying contra os estudantes com deficiência nas classes regulares de Feira de Santana-BA. Para tanto ela coletou dados com 56 alunos, do nono ano do ensino fundamental, com uma faixa etária entre 14-18 anos e verificou que era comum atos de violência contra os estudantes com deficiência, sendo que tais atos eram considerados, muitas vezes, como brincadeiras normais de adolescente e, conseqüentemente, não eram levados em conta, a despeito das conseqüências de tais atos para as vítimas. Tais dados vão ao encontro das considerações de SOUZA, DAL RI e LUIZ (2018) de que a violência simbólica se faz presente no cenário educacional e para com o deficiente, no entanto, é velada, silenciada. Os autores destacam o papel da escola e do docente como fundamentais, frente ao processo de inibição de tais métodos violentos.

PINA e ARAÚJO (2014) destacam:

Há a necessidade de uma maior conscientização das pessoas da sociedade sobre as especificidades das pessoas com deficiência ou problemas de comportamento, pois são pessoas com direitos iguais aos demais e cabe à sociedade incluí-lo em seu meio. A escola em seu papel de agente educador deve estar preparada para recebê-los com educadores capacitados e material adaptado para as necessidades específicas da criança com necessidade de educação especial. (p. 92)

As formas de violências são definidas pela Organização Mundial de Saúde - OMS (2002) em quatro categorias, sendo elas: a violência física, a psicológica, a sexual e a negligência. É importante ressaltar que todas têm em comum as conseqüências negativas que afetam áreas do desenvolvimento emocional, psicológico e físico no indivíduo alvo desses atos, podendo resultar em atraso no desenvolvimento, e também direcionado a violação dos direitos básicos das vítimas.

Dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2013 indicam que crianças e adolescentes com deficiência possuem até 3,7 mais chances de sofrer violência do que seus pares sem violência, sendo um número ainda mais discrepante quando pensamos em deficiência intelectual que apresenta até 4,6 mais chances de sofrer violência. Estes números se devem por diversos fatores sociais, o estresse da família em não ter recursos financeiros, podendo resultar em situações de negligência, também habilidades da sociedade insuficientes para lidar com o público, a falta de informações sobre deficiências e a descrença em ensinar prevenção a violência para o público, contribuindo para crianças e adolescentes em situação grande de vulnerabilidade. WILLIAMS (2003) ainda cita:

[...] nove fatores que explicariam tal aumento de risco: a) aumento de dependência de outras pessoas para cuidados a longo prazo; b) negação de direitos humanos, resultando em uma percepção de ausência de poder tanto pela vítima quanto pelo agressor; c) percepção de menor risco de ser descoberto por parte do agressor; d)

dificuldades da vítima em fazer com que os outros acreditem em seus relatos; e) menor conhecimento por parte da vítima do que é adequado ou inadequado em termos de sexualidade; f) isolamento social, aumento do risco de ser manipulado por outros; g) potencial para desamparo e vulnerabilidade em locais públicos, h) valores e atitudes mantidos por profissionais na área de educação especial em relação à inclusão, sem considerar a capacidade do indivíduo de auto-proteção e i) falta de independência econômica por parte da maioria dos indivíduos portadores de deficiência mental. (p.146)

Somado aos pontos destacados por WILLIAMS (2003) destaca-se o capacitismo, isto é, a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, as define (VENDRAMIN, 2019), podendo resultar em uma percepção das pessoas com deficiência como seres menos humanos (CAMPBELL, 2008). Tal atitude discriminatória surge de a partir de uma compreensão normatizada e autoritária sobre o padrão corporal humano, a qual atribui que corpos desviantes serão conseqüentemente insuficientes. Essa perspectiva de insuficiência leva a identificação dos sujeitos como incapazes devido à sua condição, sem considerar demais fatores ambientais, relacionais e sociais (VENDRAMIN, 2019). Ou seja, ideais hierárquicos, classificatórios e de relações de poder, em que alinhado com visões médicas e estruturas sociais preconceituosas, acredita na incapacidade das pessoas com deficiência, resultando em diversas formas violências, MELLO (2014) traz a seguinte definição:

No caso do capacitismo, ele alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corpo normatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas (p. 95)

Portanto para que a escola construa um ambiente inclusivo que respeite toda pluralidade de características da sua comunidade, e proporcione um ensino adequado, precisa se atentar para a pauta da violência, do capacitismo, da vulnerabilidade das crianças e adolescentes com deficiência, dentro e fora do ambiente escolar, construindo práticas que ressaltam a diversidade, debates com a comunidade sobre a violência, e atenção às desavenças entre alunos por crenças particulares que desrespeitem os direitos dos demais. Segundo WILLIAMS (2003)

[...] O intuito do módulo não é o de criar uma escola onde os conflitos sejam eliminados, mas sim o de promover ações e estratégias que mantenham os comportamentos em níveis democraticamente aceitáveis. O pré-suposto é que se não é possível postular uma ausência de conflitos em instituições que são

compartilhadas por seres humanos é, no entanto, possível lidar com os conflitos de forma democrática. (p.226)

A presente pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida por Lilian Pinheiro Cruz,<sup>4</sup> intitulada “Deficiência e violência na perspectiva de profissionais da rede de proteção e estudantes universitários” a qual teve como objetivos (1) elaborar um instrumento de vinhetas para analisar as atitudes dos respondentes frente às situações de violência contra crianças e adolescentes com deficiência e (2) analisar a relação entre concepções de deficiência e atitudes frente às situações de violência contra crianças e adolescentes com deficiência. 118 pessoas participaram da pesquisa, 41 estudantes universitários e 77 profissionais da rede de serviços (34 da educação, 19 da saúde, 16 da assistência social, 2 do judiciário e 6 outros). Todos os participantes responderam a um formulário online composto pela Escala Concepções de Deficiência – ECD e VIOLETAS – Questionário de vinhetas sobre violência contra crianças e adolescentes com deficiência. A análise dos resultados indicou que: a) de forma geral há maior concordância por parte de estudantes e profissionais com enunciados da concepção histórico cultural da deficiência; b) a maior parte dos respondentes apontou como primeira atitude nas cinco vinhetas “Conversar com a criança/adolescente com deficiência e/ou família”; e, c) não houve diferenças nas atitudes quando compreendidas cada uma das concepções de deficiência.

## **OBJETIVO**

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a concepção de deficiência de estudantes e profissionais das áreas da Educação.

---

<sup>4</sup> Essa parceria aconteceu através do grupo de pesquisa do Laboratório de análise e prevenção da violência - LAPREV, a presente autora auxiliou no início do planejamento do instrumento “Violetas”, onde foram realizadas reuniões *online*, para decidir como aspetos da estrutura e as cenas abordadas nas vinhetas para analisar as atitudes dos participantes diante de casos de violência, também atuou na revisão bibliográfica por pares.

## **MÉTODO**

### **Participantes**

Participaram 54 pessoas, desses 6 eram estudantes e 48 profissionais da área da Educação. A Tabela 1 apresenta os dados de caracterização dos participantes. A maioria (85,2%) era mulher, branca (64,8%), sem deficiência (90,7%), com idades variando entre 18 e 82 anos (M=41,8; DP=12,7). A maioria (57,4%) declarou ter convívio social familiar com alguma pessoa com deficiência. Quanto à escolaridade dos participantes, a maioria (77,8%) afirmou ter realizado pós-graduação.

### **Instrumentos**

1. Questionário de caracterização dos profissionais e estudantes elaborado por Cruz, 2021 com questões fechadas e abertas para coletar dados relativos a idade, identidade de gênero (masculino, feminino, não binário), se tem deficiência, se tem alguém no convívio social com alguma deficiência, a escolaridade, a formação profissional, a área de atuação, a ocupação (estudante/profissional), o cargo, a região do país que vive e a experiência profissional no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência e no atendimento de situações de violência.

2. Escala Concepções de Deficiência – ECD (LEITE & LACERDA, 2018), a qual consiste em um conjunto de 20 asserções que retratam quatro diferentes concepções de deficiência, social, biológica, metafísica e histórico-cultural - sendo cinco sentenças para cada concepção. Os participantes tiveram que ler as asserções e indicar o grau de concordância, em escala do tipo Likert, constituída de cinco pontos ordenados com valoração gradual: (1) concordo totalmente; (2) concordo pouco; (0) indiferente; (3) discordo pouco; (4) discordo totalmente. Os escores foram obtidos pela soma dos itens que compõem cada concepção, assim o escore total de um participante variou de 0 a 20 (LEITE & MATTOS, 2016).

### **Aspectos éticos**

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, CAAE 37638920.3.0000.5504, onde foi aprovado.

**Tabela 1.**  
Caracterização dos participantes

---

<b>Gênero</b>	N	%
Feminino	46	85,2
Masculino	7	13,0
Não Binário	1	1,9
<i>Total</i>	54	100,0

**Autodeclaração de cor**

Branco	35	64,8
Preto	5	9,3
Pardo	12	22,2
Amarelo	2	3,7
<i>Total</i>	54	100,0

**Estado civil**

Solteiro	15	27,8
Casado	32	59,3
Separado	6	11,1
Viúvo	1	1,9
<i>Total</i>	54	100,0

**Tem deficiência**

Sim	5	9,3
Não	49	90,7
<i>Total</i>	54	100,0

**Tipo de deficiência**

TEA	3	60,0
Múltiplas	1	20
Física	1	20
<i>Total</i>	5	100,0

---

---

<b>Convive com alguém com deficiência</b>			
Sim	31	57,4	
Não	23	42,6	
<i>Total</i>	54	100,0	
<b>Escolaridade</b>			
Ensino superior incompleto	6	11,1	
Ensino superior completo	6	11,1	
Pós graduação	42	77,8	
<i>Total</i>	54	100,0	

---

## **Procedimento**

A pesquisa foi divulgada em redes sociais (*Whatsapp, Facebook, Instagram*), no canal de comunicação da universidade e em veículos de imprensa. Nessa divulgação foram explicitados os objetivos da pesquisa, os critérios de inclusão (ser maior de 18 anos) e disponibilizado um link para acesso a um formulário do Google forms. Ao clicar no link os participantes abriam o formulário em um navegador da internet e deveriam, inicialmente, ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver Anexo 1), no qual estavam descritos os objetivos da pesquisa, a forma de participação, riscos, benefícios e a garantia do sigilo das informações. Caso o participante concordasse com os termos, ele deveria clicar na opção “Li e estou de acordo”. Se ele não quisesse participar da pesquisa, bastava fechar a aba do formulário. Após a concordância, o participante deveria responder aos instrumentos descritos anteriormente. Ao final havia uma mensagem de agradecimento e o contato das pesquisadoras.

## **Análise dos dados**

Foi realizada uma análise descritiva dos dados quantitativos (médias, desvio padrão, frequências) de todas as variáveis do instrumento a partir do software estatístico SPSS versão 22,0. Para verificar a normalidade dos dados foi realizado o teste Kolmogorov-Smirnova e Shapiro-Wilk, indicando que os dados não apresentavam uma distribuição normal.



## RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os dados dos participantes em relação à escala de concepção de deficiência.

**Tabela 2.**

Concepção de deficiência

	N	Mínimo	Máximo	M	DP
Concepção histórico cultural	54	4	20	13,51	4,32
Concepção biológica	54	3	18	10,07	3,59
Concepção psicossocial	54	4	18	9,12	2,58
Concepção metafísica	54	2	15	5,57	1,98

Esse resultado mostra que os participantes tiveram médias mais elevadas em relação à concepção histórico cultural, seguida da biológica, social e metafísica. Ou seja, os participantes em maioria interpretam a deficiência como dinâmica, relacional e processual com base na associação entre indivíduo e contexto sociocultural, que ocasiona um desenvolvimento humano diferenciado, ajustável em função das expectativas e de atitudes dirigidas a ele. A segunda maior parte acredita que a deficiência decorre de uma disfunção biológica que acarreta limitação e, como consequência, uma barreira social. É significada historicamente no contexto de sua ocorrência (LEITE; LACERDA, 2018). A menor concordância foi com a concepção metafísica, a qual interpreta a deficiência como algo que transcende a condição humana, podendo estar atrelada a causas espirituais e/ou religiosas, ou a fatores sobrenaturais. Desse modo, ela é um fenômeno posto, que pouco depende da atuação do homem (LEITE; LACERDA, 2018).

## DISCUSSÃO

Considerando o objetivo da pesquisa de identificar a concepção de deficiência de estudantes e profissionais das áreas da Educação, verificaram-se médias mais elevadas em relação à concepção histórico cultural, seguida da biológica, social e metafísica. Tal dado corrobora com os dados de pesquisas realizadas com profissionais e estudantes universitários que responderam a Escala de Concepção de Deficiência - ECD, os quais tendem a concordar com concepções que procuram interpretar a deficiência num viés mais social e cultural (Matos, 2016; Leite et al, 2018; Leite et al, 2019; Torres et al, 2021; Cruz, 2022).

Matos (2016) realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar e analisar como universitários se posicionavam diante de enunciados que retratavam diferentes concepções de deficiência. Participaram 1472 graduandos de distintos cursos das nove grandes áreas do saber – Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Outros – de uma universidade pública do Estado de São Paulo. Os dados foram coletados por meio da Escala Concepções de Deficiência (ECD), disponibilizado on-line na rede interna da universidade. Os resultados indicaram que os estudantes de todas as áreas do conhecimento se posicionaram de maneira discordante à concepção metafísica, visto que todas as medianas foram igual a 5. Esse resultado indica que a amostra pesquisada assinalou com maior ênfase a opção “discordo inteiramente”, indicando que a concepção metafísica não representava o modo de conceber a deficiência dos sujeitos pesquisados. Já o posicionamento frente à concepção biológica, variaram entre 7 (Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Linguística, Letras e Artes) e 9 (Ciências da Saúde), o que pode significar que os sujeitos, em sua maioria, tendem a discordar das assertivas atinentes à concepção biológica. Quanto à concepção social, os valores das medianas variaram entre 9 (Ciências Exatas e da Terra) e 13 (outros), havendo predominância no valor da mediana igual a 11. Tais achados indicam a tendência dos estudantes pesquisados em concordar com a concepção social, partir da premissa de que a deficiência é um constructo social que implica compreender como esse fenômeno se constitui para além de uma diferença biológica. Finalmente, na concepção histórico-cultural, os valores das medianas variaram entre 9 (Ciências Exatas e da Terra) e 12 (outros), tendo a predominância do valor 10. As medianas relativas às concepções social e histórico-cultural das nove áreas do conhecimentos apresentaram valores bem próximos, o que revela a tendência em concordar com enunciados correspondentes a uma concepção

social da deficiência; sendo possível observar resquícios de posicionamentos que localizam no organismo a condição de deficiência.

Leite et. al. (2018) realizaram um estudo com 272 universitários cubanos e 344 brasileiros com o objetivo de investigar as concepções de deficiência dos participantes e verificar se há diferenças. Os resultados encontrados identificaram dados descritivos semelhantes entre as amostras. Pela análise das medianas, evidencia-se que no Brasil há uma tendência de concordar com enunciados que relacionados a uma interpretação histórico-cultural da deficiência (M=11,26; DP=4), seguida da social (M=10,5; DP=3,4) e biológica (M=6,99; DP=2,4). Em Cuba, a tendência foi acordar com enunciados que concebem a deficiência como um fenômeno social (M=11,17; DP=4,32), seguida igualmente da interpretação histórico-cultural (M=10,54; DP=4,27) e biológica (M=9,92; DP=3,68,32). Destaca-se que tanto com os participantes brasileiros quanto com os cubanos houve baixa concordância com enunciados que concebem a deficiência como um fenômeno metafísico (Cuba; M=6,40; DP=2,78; Brasil, M=5,04; DP=1,7).

Em um estudo realizado por Leite et. al. (2019) com 484 funcionários de uma universidade pública, distribuídos em dois grupos (252 docentes e 232 técnicos administrativos), de modo a retratar o posicionamento dos mesmos diante de enunciados que abordam diferentes concepções de deficiência. Os resultados obtidos indicaram que no grupo dos docentes a concepção histórico-cultural apresentou a maior pontuação (M=11,99; DP=4,32), seguida da social (M=11,20; DP=4,10), biológica (M=7,64; DP=3,59) e metafísica (M=5,47; DP=2,16). No grupo de técnicos administrativos, observou-se o mesmo padrão, isto é, a concepção histórico-cultural apresentou a maior pontuação (M=11,04; DP=3,96), seguida da social (M=10,87; DP=3,77), biológica (M=8,7; DP=3,95) e metafísica (M=6,32; DP=2,93); indicando que os participantes tenderam a concordar com as afirmações que coadunam com concepções que procuram interpretar a deficiência num viés mais social e cultural.

O estudo de Torres et. al (2021) tinha como objetivo verificar a existência de influência dos contextos, de oportunidades de formação e de atuação profissional na (des)construção de concepções de deficiência. Participaram 97 profissionais de quatro municípios do Estado de São Paulo que atuavam nas redes de serviços de prevenção e proteção a violência, Os participantes responderam a Escala de Concepções de Deficiência em dois momentos, antes e após um curso de formação de profissionais. Os resultados obtidos a partir das respostas dos 97 participantes indicaram maior concordância com a

concepção social da deficiência (M=11,76; DP=3,45), seguida da biológica (M=11,07; DP=3,73).

Já Cruz (2022) em uma amostra de 118 participantes, 19 estudantes universitários e 99 profissionais, identificou que a concepção histórico-cultural apresentou a maior pontuação (M=13,41 DP=3,89), seguida da biológica (M=9,97; DP=3,36), social (M=9,43; DP=2,73) e metafísica (M=5,59; DP=1,93).

Cumprido destacar que as concepções social e histórico cultural consideram a deficiência enquanto um produto social, com a concepção histórico-cultural evidenciando o caráter histórico e cultural do fenômeno da deficiência (Mattos, 2016). Destarte, recentemente a Escala de Concepção de Deficiência (ECD) sofreu uma reelaboração de modo a contemplar três concepções (social, biológica e metafísica), ao invés das quatro concepções (biológica, histórico cultura, metafísica e social) da versão original utilizada na presente pesquisa. Além disso, o número de enunciados da nova versão passou de 20 para 43 e a escala passou a ser chamada de Escala Intercultural de Concepções de Deficiência (Leite & Oliveira, 2019).

Embora os dados corroborem com estudos anteriores, verificou-se médias mais elevadas na presente pesquisa para a concepção histórico cultural (M=13), quando comparada as demais (M=11). Acredita-se que a alta escolaridade dos participantes (77,6% tinha algum tipo de pós graduação) e o fato de a maioria dos participantes (57,4%) conviver com pessoas com deficiência pode também ter influenciado em uma visão menos determinista das capacidades e dificuldades das pessoas com deficiência, o que pode ter colaborado para uma média maior de participantes concordando com as afirmativas relacionadas às concepções histórico culturais.

Durante uma formação mais longa na área da educação, o indivíduo pode ter mais oportunidades de acessar e se aprofundar nos estudos da inclusão. Tais estudos tem em suas bases, o foco em entender a deficiência nos aspectos históricos, culturais, políticos e sociais. Segundo MENDES (2006):

A inclusão, em contrapartida, estabelecia que as diferenças humanas eram normais, mas ao mesmo tempo reconhecia que a escola estava provocando ou acentuando desigualdades associadas à existência das diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e por isso pregava a necessidade de reforma educacional para prover uma educação de qualidade para todas as crianças. (p. 395)

Existe uma falta de preparo dos professores para atender alunos com deficiência, que é um problema visto em todas as áreas da educação. Algumas pesquisas destacam a partir de seus resumos, inseguranças de professores de educação física “ *As principais dificuldades na*

*regência dos professores está em “proporcionar práticas pedagógicas adequadas” e em “conhecer as características da deficiência” (SCHMIT et al, 2015), também é encontrado resultados mais alarmantes como o dos professores que atuam na instituição estudada por LEONEL e LEONARDO (2014)*

Estes resultados apontam para o fato destes professores estarem desenvolvendo sua prática pedagógica ancorada numa visão segregacionista do aluno com deficiência, com concepções reducionistas, enfatizando as limitações em detrimento das potencialidades

Também na matemática COSTA, *et al* (2018) “*Os resultados mostraram a necessidade dos professores de terem mais informações para trabalhar com esse público por meio de formação inicial ou continuada*”. Na química, tratando do preparo dos professores em nível superior, “*Os resultados apontaram que, embora alguns dos docentes tenham se mostrado receptivos às possibilidades da educação de alunos com necessidades educacionais especiais, nenhum deles sente-se preparado para atuar na diversidade*” ( JUNIOR e SOUZA, 2019).

Alguns resultados mostram até mesmo professores atuantes da área da educação especial despreparados, MAFEZONI e SIMON (2020) “*constatou-se, por um lado, que os professores de educação especial ainda concebem a pessoa com deficiência intelectual numa perspectiva de limitação de ordem biológica em relação às possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem*”.

Cumprе destacar que os dados obtidos indicam que as concepções de deficiência da amostra pesquisada podem gerar atitudes favoráveis à inclusão dos alunos PAEE. Tal consideração se respalda na perspectiva de VALLE e CONNOR (2014) de que a concepção de deficiência do professor será determinante para a forma como os alunos com deficiência serão educados, como serão observadas suas características, os conteúdos que os alunos terão acesso, e os resultados ou não no seu processo educacional. Logo, ao considerarem que a deficiência é dinâmica, relacional e processual com base na associação entre indivíduo e contexto sociocultural, de modo que o desenvolvimento do indivíduo poderá ser ajustado em função das expectativas e de atitudes dirigidas a ele (LEITE; LACERDA, 2018), hipotetiza-se que tais profissionais terão maior probabilidade de implementar os diferentes aspectos que permeiam o processo de inclusão escolar, garantido no Brasil, pela Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015). O documento mundial sobre a situação da criança e do adolescente com deficiência, disponibilizado pelo órgão “Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF” (2013) traz a seguinte definição para o conceito de educação inclusiva

Em vez de segregar crianças com deficiência em escolas especiais, uma educação inclusiva implica oferecer oportunidades significativas de aprendizagem a todos os estudantes em um sistema escolar regular. Idealmente, permite que crianças com e sem deficiência frequentem as mesmas classes apropriadas para sua idade, na escola local, com apoio individual adicional, conforme a necessidade. Exige instalações físicas, assim como um currículo novo, centrado na criança, que inclua representações de todos os tipos de pessoas encontradas na sociedade e que reflita as necessidades de todas as crianças. (p.8)

Realizando um recorte no aspecto trazido pelos autores “representações de todos os tipos de pessoas encontradas na sociedade e que reflita as necessidades de todas as crianças” é possível ressaltar a importância do debate sobre a diversidade humana nas escolas, visto que por ser um ambiente plural, fazem-se necessários diálogos quanto à pluralidade das pessoas envolvidas nesse meio, e os benefícios que a promoção desses saberes culturais (tais como a concepção social das deficiências, foco deste trabalho) e informativos pode gerar para os envolvidos na comunidade escolar.

Destarte, levanta-se o questionamento final “É possível considerar a promoção de concepções sociais das deficiências, como uma etapa de prevenção de casos de violência contra pessoas com deficiências nas escolas?”. É possível relacionar a concepção da deficiência com as atitudes que as pessoas terão diante de pessoas com deficiência, levando em consideração que o pensar está associado ao agir, influenciando em diferentes aspectos, tais como a forma que você irá atender um aluno com deficiência, demonstrar atenção às suas demandas e características, e observar seu desenvolvimento e aspectos que possam estar interferindo nele, nessa perspectiva concepções sociais podem estar ligadas a atitudes inclusivas, sem discriminações ou pensamentos limitantes e que facilitarão o reconhecimento de casos como bullying e outras violências.

Faz-se necessário destacar o bullying, pois é um fenômeno trágico que ocorre nas escolas. Estima-se que estudantes brasileiros com deficiência têm dois ou três vezes mais riscos de sofrer casos de *bullying*. Um dos motivadores para a existência do bullying é o preconceito contra o que é diferente, segundo TESSARO, TREVISOL e PIECKOWSKI (2022), propõem acerca desse tema que

A dificuldade de conviver com a diferença é um dos principais aspectos que fundamentam a prática de bullying contra os alunos com deficiência. Por esse motivo, torna-se essencial, que o contexto educacional proporcione um ambiente favorável para a promoção dos valores humanos. Uma das vias é proporcionar o desenvolvimento de um clima escolar positivo, ajudando os alunos com deficiência a lidar com os fatores de risco. Mas para isso, é preciso envolver toda comunidade escolar (alunos, profissionais da educação e as famílias), incluindo atividades lúdicas, o estudo e a discussão de temas transversais, a exemplo das violências envolvendo alunos com deficiência, nos diferentes componentes curriculares e no Projeto Político Pedagógico da Escola (p.16)

Por fim, considera-se fundamental a luta para conquista de condições, políticas afirmativas e promoção de cursos de formação continuada, que viabilizem os profissionais da educação de adquirirem saberes sociais a respeito da deficiência e da prevenção da violência no espaço educacional, que esses temas estejam presentes na elaboração de planejamentos e documentos realizados pela comunidade escolar para prevenção do bullying, do capacitismo, e demais formas de violência a crianças e adolescentes com deficiência, a fim de conquistar um ambiente seguro e favorável para o desenvolvimento e formação de todos os estudantes e futuros cidadãos ativos.

Como limitações desta pesquisa considera-se a falta de dados sobre as áreas específicas que os participantes atuavam dentro da educação e da escola, quanto tempo de atuação, uma autoavaliação do profissional, indagando se ele se considera preparado para atender alunos com deficiência, e se já haviam tido contato com estudos sobre inclusão anteriormente. Como sugestões para futuras pesquisas se mostra relevante a investigação dos aspectos que permeiam as atitudes dos profissionais da educação diante de casos de violência na escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

CABRAL, L. S. A. Pessoas com Deficiências: Breve Histórico de Conquistas de Direitos. Youtube, 21 jun. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=nlv1\\_wBMQBU&t=150s](https://www.youtube.com/watch?v=nlv1_wBMQBU&t=150s).

CAMPBELL, F. K. Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory. *Disability & Society* 23:2, 2008: 151–162.

COSTA, A. B. *et al.* O Ensino De Matemática Aos Alunos Com Deficiência Intelectual: Uma Concepção Dos Professores. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol28.n58.p262-279>.

CRUZ, L. P. Deficiência e violência na perspectiva de profissionais da rede de proteção e estudantes universitários. Dissertação mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. 2022.

Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação mundial da criança: criança com deficiência. 2013.

JESUS, S. S. . “Violência Escolar Em Feira De Santana: Uma Análise Sobre Bullying E Pessoas Com Deficiência”. *Anais dos Seminários de Iniciação Científica*, no 23, 2019. [periodicos.uefs.br](http://periodicos.uefs.br), <https://doi.org/10.13102/semic.v0i23.6709>.

JUNIOR, J. G. T. SOUZA, N. C. Análise das concepções de formadores de professores de Química acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ER-v26n2a2019-7>.

LEITE, L. P. LACERDA, C. B. F. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>

LEITE, L. P. *et al.* Concepções de deficiência em profissionais de uma universidade do interior paulista. 2019. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.54, p.<153-170>, jul./dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.11309>

LEITE, L. P. *et al.* Concepções de deficiência em universitários em dois países politicamente distintos: Cuba e Brasil. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 5, n.1, p. 95-110, Jan.-Jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2018.v5n1.08.p95>.

LEONEL, W. H. S. LEONARDO, N. S. T. Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400006>.



MAFEZONI, A. C. SIMON, C. A pessoa com deficiência intelectual e as concepções de professores de educação especial. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v11i.8530>

Mattos, B. M. D. Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de universitários (Dissertação mestrado). 2016. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru/SP. Brasil. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/147058/mattos\\_bm\\_me\\_bauru\\_int.pdf?sequence=8&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/147058/mattos_bm_me_bauru_int.pdf?sequence=8&isAllowed=y)

MELLO , A. G. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: Uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182556>

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>

MENDES, E. G. PICCOLO, G. M. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008>

MENDES, M.J.G.; SHROEDER, T.M.R.; DENARI, F.E. Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso. REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO, V. 14, 2020.

OMOTE, S. VIEIRA , C. M. A importância das variáveis pessoais do professor na sua formação para a educação inclusiva. Educação especial e inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde, 2018.

OMOTE, S. Constituição social da deficiência. In: Simpósio a educação que se faz especial: debates e proposições, 2003, Maringá. Anais... Maringá: Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, 2003. Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/materiais/memorial/colecao-sadao-omote>

Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde. 2002.

SCHMITT, J. A. *et al.* Concepção de professores de educação física em relação à qualificação e atuação junto de alunos com deficiência. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v13i1.2146>.

VALLE, J.W. CONNOR, D. J. Ressignificando a Deficiência: Da Abordagem Social às Práticas Inclusivas na Escola. Editora: McGraw-Hill. 2014.

PEREIRA, A. C. S. WILLIAMS, L. C. A. O contexto de violência em um paradigma contextual: distinções necessárias. 2003.

PINA, A. S. ARAÚJO, D. A. C. Violência contra crianças com deficiência. 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/512>

SOUZA, A.C.; DAL RI, V.C.F.; LUIZ, M.C. Inclusão escolar e as violências veladas: perspectivas epistemológicas. Cadernos da Pedagogia, v 11, n 22, 2018.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010 .

TESSARO, M. TREVISOL, M. T. C. PIECKOWSKI, T. M. Z. Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise a partir de uma revisão de literatura. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X67847>.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Sofia, 2019.